

Reforma tributária pode dificultar acesso à saúde suplementar



Medida prevista no PLP 68/2024 aumenta custo para as empresas ofertarem o benefício a seus colaboradores; tributação deve impactar toda a cadeia da saúde

Divulgação/Unimed do Brasil



Por **Omar Abujamra Junior**
Presidente da Unimed do Brasil

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta a reforma tributária e está em tramitação no Congresso Nacional, traz medidas que podem ter graves efeitos no sistema de saúde brasileiro. A proposta estabelece que as empresas não poderão aproveitar o crédito tributário gerado pelas despesas com o pagamento de planos de saúde dos seus colaboradores para deduzir impostos devidos. Além disso, elas terão de tratar os planos contratados

como bens e serviços de uso e consumo, o que gera uma nova exigência de pagamento de impostos.

Essas mudanças têm o potencial de elevar o custo para as empresas manterem o pagamento do benefício, conforme aponta a Unimed do Brasil, confederação que representa as 340 cooperativas médicas e empresas do Sistema Unimed, líder do setor de saúde suplementar com 38,5% do mercado e atuação em nove de cada 10 municípios brasileiros. Sem a possibilidade de deduzir esses custos e com a carga tributária adicional, muitas empresas contratantes de planos coletivos empresariais podem ser levadas a deixar de oferecer o benefício, o que pode fazer com que milhões de brasileiros percam o seu plano de saúde.

Sem acesso aos planos, esses milhões de beneficiários teriam como alternativa os serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, a regulamentação da reforma também tende a ser um desafio para o setor público, que já enfrenta questões significativas em relação à capacidade de atendimento e recursos e teria de absorver um crescimento exponencial de demanda. Com o aumento de tempo de espera para procedimentos, falta de acesso a tratamentos especializados e uma deterioração geral na qualidade dos serviços prestados à população, o SUS pode entrar em colapso.

A reforma tributária deve impactar ainda beneficiários de outras modalidades de planos de saúde, os coletivos por adesão e os individuais ou familiares. Isso porque o PLP 68/2024 também traz aumento da carga tributária para as operadoras, o que repercute na precificação dos planos.

Com a elevação dos preços, muitas famílias terão de sacrificar o consumo de outros bens e serviços para continuar tentando pagar o plano de saúde, terceiro maior desejo de consumo dos brasileiros, conforme pesquisa de 2021 do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS). Nesse caso, a reforma tributária promove justamente o efeito contrário àquele que deveria ser o seu principal objetivo: estimular a produtividade e o crescimento econômico.

Efeito em cadeia

Atendendo a aproximadamente 51 milhões de beneficiários (25% da população), a saúde suplementar tem participação expressiva no financiamento da saúde no País. Apenas a Unimed injetou no sistema de saúde brasileiro mais de R\$ 87 bilhões em 2023, com a realização de 631 milhões de eventos assistenciais (consultas, exames, internações etc.) no ano.

O aumento da carga tributária na saúde suplementar repercute ainda em toda a cadeia de serviços, afetando prestadores como hospitais, clínicas, entre outros. Conforme dados do Observatório 2024 da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), 80% das receitas obtidas pelos hospitais privados da entidade são providas pelos planos de saúde, o que dá uma dimensão do impacto para os prestadores.

O texto proposto pelo governo, que tramita no Congresso Nacional, contradiz a Constituição e altera o projeto original, que visava o não aumento da carga tributária para o maior desenvolvimento econômico do País. Além disso, vai na contramão da democratização do acesso à saúde. O atual projeto deixa de ter foco no desenvolvimento e se restringe exclusivamente ao aumento arrecadatário. As medidas adotadas devem assegurar que os planos de saúde sejam sustentáveis e acessíveis a um número cada vez maior de pessoas e garantir a capacidade do SUS de continuar atendendo a população.